

...continuação

Os relatórios trimestrais relativos ao período de março, junho e setembro de 2014 foram preparados e encaminhados para a Secretaria de Estado da Cultura, sendo aprovados em 20 de maio de 2014, em 19 de agosto de 2014 e 28 de novembro de 2014, respectivamente. A prestação de contas referente ao relatório de atividades anuais será enviado em fevereiro de 2015. Os recursos provenientes do Contrato de Gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos, em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos vinculados a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação. (a) Conforme mencionado na nota explicativa 2f., a Associação alterou a prática contábil relacionada ao reconhecimento de receitas e de obrigações para com o Estado, passando a seguir as orientações da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1409/12, o qual define que as subvenções governamentais devem ser apresentadas como receita diferida, em conta específica do passivo.

**Contrato de Gestão** - O Contrato de Gestão nº 09/2013 tem por objeto o fomento, operacionalização e gestão de atividades e serviços relacionados ao teatro, com processo de formação em artes cênicas, com ênfase em teatro, buscando crescimento artístico, técnico e pessoal, além de cursos de extensão cultural, com as vertentes de iniciação, reflexão e produção, com acesso às etapas de base, aprofundamento e viabilização do fazer artístico com ênfase nas artes cênicas. O atual Contrato de Gestão, nº 09/2013 foi assinado em 27/12/2013 com vigência de 01 de janeiro de 2014 até 30 de junho de 2018. O valor total do contrato é de R\$72.536.175,00, com expectativa de repasses anuais de:

Em 2014	R\$ 13.500.000
Em 2015	R\$ 14.850.000
Em 2016	R\$ 16.335.000
Em 2017	R\$ 17.968.500
Em 2018	R\$ 9.882.675
	<u>R\$ 72.536.175</u>

**7 Salários, férias e encargos sociais**

Provisão de férias	464.771	400.052
INSS a recolher	237.393	203.832
IRRF a recolher	67.661	61.802
FGTS a recolher	37.136	32.004
PIS a recolher	10.975	9.491
Outros	67	2.739
	<u>818.003</u>	<u>709.920</u>

**8 Provisão para contingências:** A Associação não é parte (pólo passivo) em nenhuma ação judicial em 31 de dezembro de 2014, conforme confirmação por nosso escritório de assessoria jurídica. **9 Remuneração da Administração:** O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho de Administração. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos. **10 Patrimônio Líquido:** O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/superávits apurados anualmente. Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado, na mesma área de atuação, escolhida pelo Conselho de Administração e o patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados.

**11 Despesas com pessoal**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Salários	3.521.948	3.292.694
Encargos sociais	1.637.121	1.680.889
Benefícios	1.143.132	928.616
Férias	408.890	401.627
Serviços de autônomos	403.941	787.034
Décimo terceiro salário	312.149	311.100
Outros	83.847	66.260
	<u>7.511.028</u>	<u>7.468.220</u>

**12 Despesas com prestadores de serviços**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Artistas convidados	1.381.823	1.116.533
Vigilância e segurança	257.018	196.235
Limpeza e higiene	201.019	156.876
Assessoria e consultoria contábil e jurídica	198.718	167.295
Informática	117.240	78.156
Outros	129.497	84.980
	<u>2.285.315</u>	<u>1.800.075</u>

Ivam Cabral - Diretor Presidente

Ivan Szoboslay - Técnico Contábil - CRC 1SP204074/O-1

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Conselheiros e Administradores da ADAAP - Associação dos Artistas Amigos da Praça - São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações financeiras da ADAAP - Associação dos Artistas Amigos da Praça ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Associação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Base para opinião com ressalva** - Conforme mencionado na nota explicativa 2f, durante o exercício de 2014, a Associação reconheceu no resultado do exercício, referente a exercícios anteriores, o reconhecimento das subvenções e assistências governamentais, seguindo as orientações da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1409/12, o qual define que as subvenções governamentais devem ser apresentadas como receita diferida, em conta específica do passivo. O efeito total de anos anteriores registrado no resultado do exercício foi de R\$ 2.906.504, registrado em contrapartida nas rubricas de "Projetos a executar" no montante de R\$ 1.344.076 e "Obrigações com o Estado - Imobilizado" no montante de R\$ 1.562.428 no passivo. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, originalmente emitidas em 14 de janeiro de 2014, não estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC nº 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em decorrência dessa correção. Caso a Associação tivesse registrado os efeitos contábeis decorrentes dessa correção de acordo com os requerimentos previstos no CPC nº 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, o saldo de patrimônio líquido seria reduzido e o saldo de "Projetos a executar" e " Bens públicos em nosso poder" no passivo seriam aumentado em R\$ 1.344.076 e R\$ 1.562.428, respectivamente, em 31 de dezembro de 2013. Desta forma, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins de comparabilidade, não estão apresentadas seguindo as práticas contábeis brasileiras e, conseqüentemente, divergem, em sua apresentação, das demonstrações financeiras apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. **Opinião com ressalva** - Em nossa opinião, exceto pela correção de anos anteriores reconhecido no resultado do exercício e pelo assunto referente a comparabilidade dos valores correspondentes ao exercício de 2013, descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ADAAP - Associação dos Artistas Amigos da Praça em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** - Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 14 de janeiro de 2014, que não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015  
KPMG Assurance Services Ltda. - CRC 2SP023228/O-4  
Flavio Gozzoli Gonçalves - Contador CRC 1SP290557/O-2

**CONTRATO DE GESTÃO - DEMONSTRATIVO INTEGRAL DAS RECEITAS E DESPESAS**

**Contratante:** Secretaria do Estado da Cultura. **Contratada:** Associação dos Artistas Amigos da Praça. **Entidade Gerenciada:** Associação dos Artistas Amigos da Praça. **CNPJ:** 11.416.041/0001-80. Endereço/CEP Pça Franklin Roosevelt, 210 - conjunto 601 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01303-020. Responsável (is) pela Organização Social: Ivam Cabral. Objeto do Contrato de Gestão: Fomento e a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços na área cultural em conformidade com Anexo I do Programa de trabalho e Prestação de Serviços.

Documento	Data	Vigência	Valor - R\$
Contrato de Gestão nº 0009/2013	27.12.13	03 anos e 04 meses	13.500.000,00
1º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão nº 0009/2013	08.09.14	03 anos e 04 meses	1.609.467,58

Data Prevista	Valores	Data do Repasse	Número do Docto	Valor Repassados
<b>Para o Repasse 2014</b>	<b>Previstos: R\$ 1.760.000,00</b>	<b>Repassa 02.01.14</b>	<b>De Credito 656.682.20.10100</b>	<b>(R\$) 900.000,00</b>
	-	02.01.14	657.438.501.0100	1.949,68
	-	02.01.14	658.202.801.0100	858.760,32
20.01.14	2.934.822,50	28.01.14	201.401.300.118.436	2.934.822,50
25.04.14	2.934.822,50	28.04.14	201.404.250.027.490	2.934.822,50
25.07.14	2.934.822,50	28.07.14	201.407.250.022.498	2.934.822,50
	1.609.467,58	13.10.14	201.410.100.043.016	1.609.467,58
	2.934.822,50	13.10.14	201.410.100.043.015	2.934.822,50

(A) Saldo do Exercício Anterior	-
(B) Repasses Públicos no Exercício	15.109.467,58
(C) Receitas com Aplicações Financeira dos Repasses Públicos	288.502,81
(D) Outras Receitas Decorrentes da Execução do Ajuste	5.373,29
(E) Total de Recursos Públicos (A+B+C+D)	15.403.343,68
(F) Recursos Próprios da Organização Não Governamental	76.917,07
(G) Total de Recursos Disponíveis no Exercício (E+F)	15.480.260,75
O(s) signatário(s), na qualidade de representante(s) da Associação dos Artistas Amigos da Praça. Vem indicar, na forma abaixo detalhada, as despesas incorridas e pagas no exercício de 2014 bem como as despesas a pagar no exercício seguinte.	

**DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS**

Categoria ou Finalidade da Despesa	Despesas Contabilizadas Neste Exercício			
	Despesas Contabilizadas Neste Exercício (R\$)	Despesas Contabilizadas Anteriores e Pagas Neste Exercício (R\$) (H)	Despesas Contabilizadas Neste Exercício e Pagas Neste Exercício (R\$) (I)	Despesas Contabilizadas Neste Exercício Seguintes (R\$)
<b>1- Recursos Humanos</b>				

**QUADRO DE METAS - CURSOS REGULARES**

Nº	Ação Atuação	Indicador de Resultados Carga Horária	Previsão Trimestral		Realizado
			1º Trim	Realizado	
			480 horas	488	
			480 horas	464	
			480 horas	528	
			480 horas	512	
		<b>META ANUAL</b>	1.920 horas	1.936	
		ICM%	100%	100,8%	
		<b>Número de Matriculados</b>	1º Trim	50	51
			2º Trim	50	52
			3º Trim	50	50

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>13 Despesas gerais e administrativas</b>		
Bolsas auxílio	918.694	903.553
Aluguel	682.894	73.579
Materiais para aula e cursos	461.326	241.007
Água, luz, internet e telefone	215.127	161.278
Intercâmbios e viagens	172.914	187.811
Manutenção	151.970	400.561
Despesas com transportes	118.606	122.085
Material com itens de consumo	69.100	155.763
Despesas com eventos	63.419	278.173
Outros	<u>347.934</u>	<u>413.696</u>
	<u>3.201.984</u>	<u>2.937.506</u>

**14 Instrumentos financeiros:** A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e recursos vinculados, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. **Estimativa do valor justo** - Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Associação não efetuou operações com derivativos. **Instrumentos financeiros "Não derivativos"** - Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Associação, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo: **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Associação está classificado como Nível 2. Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2014, a Associação está sujeita aos fatores de: **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação. **Risco de mercado** - Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa. **15 Avais, fianças e garantias:** A Associação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2014 e 2013. **16 Renúncia fiscal:** Em atendimento a ITG 2002 - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12, na hipótese dos recursos de subvenção governamental utilizados para custeio das atividades da Associação pudessem ser considerados como receita tributável, estimamos o montante de renúncia fiscal apurada no exercícios de 2014 e 2013, para os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, caso devida fossem, em: ISS (5% sobre o montante das Receitas Operacionais) R\$ 651.950 em 2014 e R\$ 500.035 em 2013; Pis/Cofins (3,65% incidentes sobre a Receita Bruta, diminuídos do PIS Fopag apropriado) R\$ 452.220 em 2014 e R\$ 339.836 em 2013; IRPJ e CSLL (34% incidentes sobre o resultado do exercício) R\$ 0 em 2014 e 2013. Ressaltamos que tratam-se de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não ter a obrigação de possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

1.1 Salário + Encargos + Benefícios	7.222.494,53	739.520,93	6.463.104,85	759.389,68
1.2 - Autônomos e Pessoa Jurídica	1.719.245,98	-	1.715.960,98	3.285,00
<b>2. Medicamentos</b>	507,14	-	507,14	-
<b>3. Gêneros Alimentícios</b>	6.387,59	-	6.387,59	-
<b>4. Outros Materiais de Consumo</b>	454.703,52	-	454.703,52	-
<b>5. Outros Serviços de Terceiros</b>	950.899,44	-	911.397,18	39.502,26
<b>6. Locação de imóveis</b>	588.280,82	-	528.655,57	59.625,25
<b>7. Locação diversas</b>	32.445,51	-	32.445,51	-
<b>8. Utilidades Públicas</b>	215.178,42	-	214.949,42	229,00
<b>9. Combustível</b>				
<b>10. Bens e Materiais Permanentes</b>				
<b>11. Obras</b>				
<b>12. Despesas Financeiras e Bancárias</b>	13.579,22	-	13.579,22	-
<b>13. Outras Despesas</b>	2.304.793,80	346.604,28	2.189.975,52	114.818,28
13.1 Outras Despesas área fim	1.564.143,04	346.604,28	1.472.222,16	91.920,88
13.2 Outras Despesas área meio	244.042,47	-	221.145,07	22.897,40
13.3 Aquisições de bens permanentes	496.608,29	-	496.608,29	-
<b>Total de Depesas</b>	<b>13.508.515,97</b>	<b>1.086.125,21</b>	<b>12.531.666,50</b>	<b>976.849,47</b>

<b>Demonstrativo do Saldo Financeiro do Exercício</b>				
<b>(G) Total de Recursos Disponível no Exercício</b>				15.480.260,75
<b>(J) Despesas Pagas no Exercício (H+I)</b>				13.617.791,71
<b>(K) Recurso Público Não Aplicado {E - (J-F)}</b>				1.862.469,04
<b>(L) Valor Devolvido ao Órgão Público</b>				
<b>(M) Valor Autorizado Para Aplicação No Exercício Seguinte (K-L)</b>				1.862.469,04
<b>Declaramos na qualidade de responsável (is) pela entidade supra epigrafada, sob as pelas da Lei, que a despesa relacionada comprova a exata aplicação dos recursos recebidos para os fins indicados, conforme Plano de Trabalho aprovado. Proposto pelo Órgão Público Contratante.</b>				

São Paulo, 19 de fevereiro de 2015.

Conselho de Administração:	Diretoria
Contardo Calligaris (Presidente do Conselho)	Ivam Cabral - Diretor Executivo
Rachel Macedo Rocha (Vice-Presidente)	Fernando A. Vieira - Diretor Adm. Financeiro
Aderbal Freire Filho	
Cleomara De Paris Regozo	Ivan Szoboslay - CRC 1SP 204074/O-1
Lauro César Muniz	
Leandro Knopfholz	<b>Conselho Fiscal</b>
Maria Ângela Máximo Coelho da Fonseca	Maurício Antonio Ribeiro Lopes
Reynaldo Carvalho Marchezini	Maristela Mafei
Samuel Eduardo Leon	Vicente R. Freitas
Sergio Cordeiro Campanelli	

Nº	Ação Cenografia e Figurino	Indicador de Resultados Carga Horária	Previsão Trimestral		Realizado
			1º Trim	Realizado	
			480 horas	488	
			480 horas	464	
			480 horas	528	
			480 horas	512	
		<b>META ANUAL</b>	1.920 horas	1.936	
		ICM%	100%	100,8%	
		<b>Número de Matriculados</b>	1º Trim	50	51
			2º Trim	50	52
			3º Trim	50	50

continua...